

Mobilidade espacial da população: pressupostos teórico-metodológicos

Aurécio Cavalcante de Azevedo

Josué Alencar Bezerra

Resumo

Este artigo tem como objetivo principal realizar uma discussão de caráter epistemológico referente às principais correntes que abordam o fenômeno da mobilidade espacial da população, assim como também das dificuldades metodológicas que existem no tratamento deste objeto. Para tanto, parte-se de uma revisão de literatura neoclássica e neomarxista, em especial, de referências que abordam o fenômeno da mobilidade espacial da população no período mais recente. Considera-se que, apesar de existirem distintas teorias e diferentes métodos de estudo do fenômeno da mobilidade espacial da população, não há uma teoria que explique a gama de tipologias e as diversas faces deste fenômeno. Isso se deve, de um lado, às mudanças na divisão territorial do trabalho e suas implicações para as relações de trabalho e a distribuição de renda e, de outro, às múltiplas escalas do espaço geográfico.

Palavras-chave | Brasil; escola neoclássica; escola neomarxista; migração; mobilidade espacial da população.

Classificação JEL | B59 R12 R23

Spatial mobility of the population: theoretical-methodological assumptions

Abstract

The main objective of this article is to conduct an epistemological discussion on the main currents that address the phenomenon spatial mobility of the population, as well as the methodological difficulties that exist in the treatment on this object. To this end, it is based on a review of neoclassical and neo-Marxist literature references that address the phenomenon in the most recent period. Although the existence of different theories and methods of studying the phenomenon on spatial mobility of the population, there is not any theory that explains the range of typologies and the various faces of this phenomenon. This is due, on the one hand, to changes in the territorial division of labour and its implications for labour relations and income distribution and, on the other, to the multiple scales of geographic space.

Keywords | Brazil; migration; Neoclassical School; Neomarxist School; spatial mobility of the population.

JEL Classification | B59 R12 R23

Movilidad espacial de la población: presupuestos teórico-metodológicos

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo principal realizar una discusión epistemológica sobre las principales tendencias que abordan el fenómeno de la movilidad espacial de la población, así como también las dificultades metodológicas que existen al tratar este objeto. Para esto, empezamos con una revisión de la literatura neoclásica y neomarxista, sobre todo, de trabajos que abordan el fenómeno de la movilidad espacial de la población en el período más reciente. Se considera que, aunque existen diferentes teorías y diferentes métodos para estudiar el fenómeno de la movilidad espacial de la población, no existe una teoría que explique el rango de tipologías y múltiples facetas de este fenómeno. Esto se debe, por un lado, a los cambios en la división territorial del trabajo y sus implicaciones en las relaciones laborales y la distribución de la renta y, por otro, a las múltiples escalas del espacio geográfico.

Palabras clave | Brasil; escuela neoclásica; escuela neomarxista; migración; movilidad espacial de la población.

Clasificación JEL | B59 R12 R23

Introdução

A temática migração é um elemento de complexidade teórico-metodológico mediante as condições efêmeras do mundo atual. Isso ocorre tanto pela sua importância para o planejamento de políticas públicas, bem como pela própria necessidade de compreensão do fenômeno. Na perspectiva de Haesbaert (2011), o migrante corresponde a uma categoria complexa, principalmente em relação à compreensão das causas e consequências para as diversas escalas territoriais que ensejam as trajetórias dos deslocamentos, havendo rebatimentos territoriais, em uma ótica materialista.

Somado a essas transformações espaciais decorrentes das novas formas de reprodução do capital, as taxas de fecundidade no Brasil vêm apresentando diminuição desde os anos de 1970, conforme avaliação dos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2017), resultando no declínio do crescimento vegetativo. A migração, portanto, torna-se um elemento determinante na redistribuição da população pelo país. Nessa ótica, os fluxos

migratórios constituem um ponto-chave na análise da reprodução das condições de existência e na transformação social.

Esse fenômeno pode ser interpretado a partir de algumas correntes ou perspectivas teórico-metodológicas que estabeleceram tipologias e métodos de análise para leitura em cada contexto em que foi elaborado. Desse modo, a seguir discutiremos alguns destes modelos considerando-os em seus respectivos contextos temporais de interpretação.

Mobilidade espacial da população: tipologias e contextos

As condições promovidas pelo período técnico-científico-informacional, segundo Santos (2006), conduzem a uma gama de eventos que promovem a fluidez dos processos produtivos alterando a dinâmica de diversos territórios pelo mundo da globalização (SANTOS, 2008). Porém, esse fenômeno acontece de maneira desigual, o que altera a orientação e a intensidade dos tradicionais padrões e fluxos migratórios pelo mundo. Nesta condição, há tantos tipos de indivíduos ou grupos sociais envolvidos nos processos migratórios, que, nas palavras de Haesbaert (2011, p. 246), “[...] falar genericamente em migração pode mesmo tornar-se temerário – somos sempre obrigados a qualificá-la”.

A partir dos anos 1970, as condições de reprodução do capitalismo sofreram alterações estruturais que promoveram uma nova divisão territorial do trabalho no país, marcando, assim, novas faces das relações sociais de produção, caracterizadas pela acumulação flexível de capital. Tal fato conferiu alterações nos padrões migratórios tradicionais pelos territórios, que, na visão de Baeninger (2008, 2011a, 2011b, 2012), ocorreram tanto na intensidade quanto nos sentidos dos fluxos migratórios, promovendo novas tendências nas trajetórias destes migrantes.

Nesse contexto, destacamos que essas novas tendências migratórias merecem atenção para análise em função da necessidade de compreensão dos determinantes e consequências do fenômeno para a sociedade. Porém, discorrer acerca do tema migração é um objetivo complexo devido seu caráter dinâmico, espacial e temporal. Na visão de Oliveira (2008), há necessidade de pesquisas de cunho amostral que sejam mais específicas para que se possibilite uma melhor apreensão desse fenômeno “[...] subsidiando a sociedade e a comunidade acadêmica com evidências empíricas específicas e contribuindo com o debate teórico.” (OLIVEIRA, 2008, p. 20).

Diante da necessidade de estudarmos mais rigorosamente o fenômeno teremos como anseio inicial discutir acerca das perspectivas teóricas mais utilizadas pela literatura específica na área, bem como pautaremos algumas notas metodológicas recentes acerca do tema no intuito de caracterizarmos algumas tipologias e contextos.

Perspectivas teóricas: da mobilidade individual à mobilidade da força de trabalho

Na tentativa de teorizar os determinantes, tipos e definições do fenômeno migratório, são inúmeras as perspectivas teóricas existentes, conforme exposto por Salim (1992) e Póvoa-Neto (1997). Dentre as perspectivas teóricas que embasam os estudos sobre o fenômeno migratório, existem duas grandes vertentes teóricas principais responsáveis pela análise das migrações, tanto a nível micro quanto macro: a Escola Neoclássica e a Escola Neomarxista (BECKER, 2006).

Nestes termos, optamos aqui por abordar o fenômeno por meio dessas duas vertentes teóricas: a) Neoclássica: enfatiza a economia do espaço e a gestão capitalista da mão de obra; b) Neomarxista: conjuga os modelos histórico-estruturais e da mobilidade da força de trabalho, pautando-se no materialismo histórico, principalmente nos estudos sobre as migrações na América Latina e a mobilidade da força de trabalho, procurando reinventar a análise da migração no processo geral de acumulação capitalista por meio do resgate aos economistas clássicos.

Essas duas correntes teóricas são utilizadas como pressupostos metodológicos para a análise dos conceitos, tipologias e padrões migratórios a partir da visão de migração como fenômeno individual do caso primeiro ou processo social para o segundo caso (BRITO, 2009). Na tentativa de avaliar o fenômeno seja como fenômeno individual ou processo social, veremos a seguir os principais expoentes de cada escola de forma categorizada no intuito de discorrer de maneira sistemática qual das perspectivas enquadra-se mais plausivelmente em nossas objetivações.

Escola Neoclássica: mobilidade individual

Os modelos Neoclássicos, conforme apontam Becker (2006), Brito (2009) e Oliveira (2011), trazem à tona uma decisão individual em que o migrante: “[...] de forma racional, após analisar o custo-benefício do movimento, decide se empreende ou não o deslocamento.” (OLIVEIRA, 2011, p. 12). Como fundamento dos deslocamentos populacionais teríamos o desenvolvimento econômico. Para Póvoa-Neto (1997) e Salim (1992), essa vertente percebe as migrações como deslocamentos de trabalhadores pelo espaço geográfico.

A discussão epistemológica acerca do tema migração, no enfoque teórico-metodológico, data do século XIX, conforme apontam Becker (2006), Brito (2009) e Nascimento (2015). As novas formas de produção, impulsionadas pelo modo de produção capitalista, alteraram os padrões sociais de vida, bem como condicionaram a redistribuição da população pelos territórios.

O enfoque Neoclássico, segundo Becker (2006), vigorou nos estudos sobre migração até os anos de 1970. Os principais representantes dessa corrente são: Ravenstein (1885), Lee (1966), Harris e Todaro (1970). Nessa perspectiva, a categoria migrante corresponderia ao indivíduo. Dessa vertente pode-se inferir que os desequilíbrios espaciais dos fatores de produção são o motor que impulsiona o fenômeno, influenciando na direção e intensidade dos fluxos.

Os trabalhos de Ravenstein (1885) e Lee (1966) são considerados por Becker (2006) e Santos et al (2010) como sendo os pioneiros nos estudos sobre os fluxos migratórios. Estes teóricos se preocuparam com um elemento-chave na análise das migrações: o conceito de seletividade.

Ravenstein (1885), em seus estudos, focou nos aspectos conceituais e quantitativos dos fluxos populacionais no Reino Unido durante sua fase de industrialização. “Deste modo, a migração apresentaria um caráter seletivo, onde as populações mais pobres que residiam nas áreas economicamente mais estagnadas migrariam em direção aos centros industriais.” (NASCIMENTO, 2015, p. 7-8). Assim teríamos a migração como processo de deslocamento populacional das áreas mais atrasadas para as mais desenvolvidas em que o indivíduo buscava a melhoria de sua qualidade de vida, segundo o que foi proposto por Lee (1966).

Conforme Lee (1966), a análise do sucesso da migração seria observada segundo os fatores positivos ou negativos encontrados nos locais de origem e destino do migrante. Nessa perspectiva, o espaço compreenderia uma categoria analítica importante, uma vez que forneceria diversos elementos para a escolha ou rejeição do migrante. Lee (1966) destaca a importância da dimensão temporal no fenômeno migratório, sendo que nos períodos de rápido crescimento econômico há uma atração acentuada dos migrantes. Por outro lado, em períodos de crise econômica, a tendência é que aumente o número de migrantes de retorno.

Os migrantes temporários também se destacam como categoria analítica visto sua capacidade de flutuação espaço-temporal, não havendo um consenso sobre qual o período no local de destino para o indivíduo ser considerado migrante. A imigração é um processo constante de deslocamento ao longo do tempo, ocorrendo em distintas etapas ou fases, e que, portanto, considera-se a possibilidade de re-emigração ou de retorno, como observado por Ravenstein (1885) e Lee (1966).

De acordo com Lee (1966), a análise dos novos processos produtivos propiciou a ampliação da discussão sobre o conceito de migração. O desenvolvimento tecnológico, as novas formas de produção industrial, a evolução dos meios de transporte, impactaram a capacidade de locomoção dos indivíduos, principalmente no espaço urbano, lócus da concentração de capitais.

Nos países em desenvolvimento haveria uma oferta ilimitada de força de trabalho, somado a isso o fato de alguns territórios disporem ainda de uma numerosa população rural. Em virtude das diferenças estruturais entre os setores rural e urbano da economia, as migrações rural-urbana constituiriam elemento na

equalização da distribuição demográfica. Nesses termos, utilização do excedente capitalista seria o ponto-chave, pois, se ele é reinvestido, geraria mais capital, possibilitando que mais pessoas fossem empregadas no setor capitalista. Isso ocorrendo até o ponto de desaparecer o excedente de trabalhadores ou, nas palavras de Brito (2009, p. 7) até que “[...] o total de força de trabalho do setor rural seja transferido para o setor moderno da economia capitalista”. Porém, essas teorias não levavam em conta o problema do desemprego ou subemprego nos centros urbanos dos países subdesenvolvidos, deixando de fora o componente sociológico e conferindo uma abordagem meramente quantitativa.

Na vertente Neoclássica, Sjaastad (1962), Harris e Todaro (1970) discorrem acerca da racionalidade individual do migrante, que é capaz de ordenar de forma hierárquica as suas preferências, objetivando ampliar a utilidade de suas escolhas na tentativa de se realizar. Para Harris e Todaro (1970), as migrações são consequências não apenas por diferenças salariais entre duas localidades geográficas distintas, mas, inclusive, devido às diferenças nas taxas de emprego. Segundo os autores (HARRIS; TODARO, 1970), há necessidade da existência de pelo menos uma destas diferenças para que aconteçam os fluxos migratórios, ao passo que tais movimentos continuariam a ocorrer até o momento em que as expectativas de renda fossem equiparadas.

Harris e Todaro (1970) discorrem acerca de um modelo econômico que se preocupa com a existência de um significativo contingente de trabalhadores urbanos desempregados ou com empregos precários, fato não considerado por seus antecessores. Tal modelo ficou conhecido como probabilístico, em virtude das possibilidades de renda esperada nas áreas de origem e de destino. Para esses autores, os indivíduos escolhem como seus principais destinos os locais onde, de acordo com as suas capacidades pessoais, possam ser mais produtivos. Utilizando-se de um modelo de avaliação racional, ele (o migrante), consideraria o salário que irá receber e os custos relacionados ao movimento.

As ideias fundamentais desse enfoque afirmam que as migrações seriam instrumentos que responderiam às disparidades salariais e às oportunidades de empregos entre diferentes localidades geográficas. Corresponderiam, nestes termos, como resultado de uma decisão racional em que cada pessoa tem uma noção “[...] entre custos e utilidades de se permanecer em determinado lugar ou mudar-se dele; e que são resultados da soma de decisões individuais [...]” (NOGUEIRA, 1991, p. 42).

O ponto-chave dessa perspectiva, para Nogueira (1991), é o mercado de trabalho, visto como mecanismo base de indução dos movimentos migratórios. Confere-se, então, que nesta perspectiva os salários seriam baixos nas regiões com mão de obra abundante. Contudo, nas regiões com escassez os salários tenderiam a aumentar.

Embasados pela ‘teoria econômica’, estes estudos demonstram que as diferenças espaciais na relação capital/trabalho provocariam desigualdades na produtividade do trabalho e, portanto, o concomitante diferencial relativo dos salários entre as regiões. Isso estimularia os trabalhadores das regiões de menor salário a emigrarem para as de maior nível salarial (NOGUEIRA, 1991, p. 42, grifo do autor).

Nessa vertente, o fenômeno migratório era visto como um elemento fundamental para o equilíbrio das economias em mudança. Os deslocamentos de áreas mais atrasadas para mais modernas eram vistos como um fluxo de ajustamento e fator de progresso econômico, como explicitado por Becker (2006).

Na acepção de Nogueira (1991), a crítica que se faz a essa perspectiva recai no fato de que ela considera as migrações enquanto um ato individual. Nesta abordagem, há uma visão de que o migrante age racionalmente sempre avaliando a relação custo-benefício mediante um conhecimento extenso de mercado. Contudo, esse enfoque desconsidera que os deslocamentos de indivíduos pelo espaço são mais do que mero somatório do quantitativo de pessoas.

Seguindo a lógica de Becker (2006), os trabalhos de cunho neoclássico apresentavam uma visão preponderantemente dualista e descritiva. Os movimentos migratórios eram estudados a partir da mensuração dos fluxos e características individuais dos migrantes, ou seja, não havia uma preocupação com o conteúdo histórico. Assim, os estudos nessa visão não explicam as relações sociais de produção, ignorando as relações de dominação na sociedade.

Na realidade, como veremos adiante, as migrações passaram a serem observadas na perspectiva de processo social, pois há diversos elementos socioeconômicos, políticos e culturais envolvidos nos fluxos migratórios além do mero livre arbítrio.

Escola Neomarxista: mobilidade de classes sociais

Nos últimos anos da década de 1960, surgiram trabalhos que procuravam estabelecer uma relação entre as migrações, principalmente na América Latina, e as particularidades do desenvolvimento econômico da região, conforme coloca Nogueira (1991). Esses estudos, segundo Becker (2006), tinham por base avaliar o caráter histórico-social das migrações e apresentavam como uma das preocupações essenciais não se limitar apenas à análise da aparência do fenômeno. A finalidade básica, aponta Nogueira (1991), era a apreensão do entendimento global do fenômeno migratório compreendendo-o como componente do processo de acumulação de capital. Neste trabalho focaremos nos trabalhos de Germani (1974), Singer (1977) e Gaudemar (1977).

Essa nova perspectiva de se avaliar os movimentos migratórios, de acordo com Becker (2006), ficou denominada como histórico-estrutural. Essa teoria objetiva

uma visão sistêmica e integrada dos processos sociais. Na visão de Santos et al (2010), essas teorias, que tinham por base o enfoque histórico-estruturalista, pautavam suas análises com base nas relações e funções que os diversos elementos possuem dentro de um dado sistema. Nestes termos, os elementos do sistema são congregados e interdependentes, não sendo possível analisá-los isoladamente.

Pode-se inferir que essa perspectiva parte do pressuposto de que a migração seria resultado de um processo social historicamente condicionado às mudanças globais (SINGER, 1977), sejam elas políticas ou econômicas, ou seja, o fenômeno seria um componente de classe social (OLIVEIRA, 2011). Para Becker (2006, p. 324), partindo de uma ótica neoliberal, o capital “[...] pode escolher a força de trabalho onde lhe convier e da forma que lhe for ainda mais rentável, pois crescem de forma assustadora os estoques de população excedente.” Nessa perspectiva, abordaremos as proposições de autores cujo enfoque não mais será no indivíduo, e sim, as classes sociais.

Na ótica sociológica de Germani (1974) deve-se considerar nos modelos de análise migratória as condições sociais, culturais e subjetivas e não somente os fatores de atração ou repulsão, tanto nos locais de origem, como de destino. Germani (1974) considera a migração como um processo de mobilização social. Para Brito (2009), a base de fundamento de Germani (1974) é que as migrações representam um instrumento fundamental da transição da sociedade tradicional para a moderna. “As sociedades tradicional e moderna são tipos ideais assentados sobre a experiência histórica de desenvolvimento do capitalismo no Ocidente [...]” (BRITO, 2009, p. 10).

Germani (1974) considera três esferas de análise da migração. A primeira confere o aspecto ambiental, em que esse nível seria composto por diversos elementos como os fatores de repulsão e de atração, a natureza e condições das comunicações e, ainda de contato e acessibilidade tanto entre as áreas de origem quanto de destino. A segunda escala compreenderia o normativo, conferindo os papéis, expectativas e padrões de comportamento socialmente institucionalizados. Esses elementos seriam responsáveis por fornecer as bases nas quais os indivíduos teriam a possibilidade de avaliar as suas condições objetivas de existência. Por fim, o autor menciona a escala do psicossocial, em que as atitudes e expectativas dos indivíduos concretos são objeto de considerações.

Porém, para Brito (2009) existe um problema na teoria de Germani (1974). Germani trabalha com dois tipos ideais – sociedades tradicional e moderna – existe o problema de sua teoria tender a uma visão dualista, que não corrobora com a realidade histórica dos países em desenvolvimento. O padrão histórico-cultural da moderna sociedade brasileira, constituída por uma mescla de etnias distintas, não condiz com o padrão clássico ocidental. Para Brito (2009), as cidades no Brasil, principalmente nas grandes metrópoles, o espelho da sociedade urbana dos países desenvolvidos não foi refletido.

Na perspectiva de Singer (1977), a migração caracteriza-se como um fenômeno social que se apresenta condicionado historicamente pelas mudanças globais. Nessa teoria, o enfoque histórico é o pressuposto de análise das determinantes condições das migrações e, para isso, as desigualdades regionais seriam o motor chave das migrações. O processo de industrialização acarretaria concentração da produção econômica, fato que findaria provocando desequilíbrios regionais, motivando as migrações.

Na visão de Singer (1977), as migrações são resultado de certos fatores de “atração” e de “repulsão”, ou mesmo da interação entre ambos. Os fatores de atração iriam atuar como orientadores dos fluxos migratórios, tendo como principal elemento de propulsão a demanda por força de trabalho. Esta demanda decorreria pelas empresas industriais e pela expansão dos serviços.

Singer (1977) considerava como fatores de repulsão dois determinantes nas áreas de origem dos fluxos: os de mudança e os de estagnação. No primeiro tipo, a introdução de relações capitalistas de produção seriam as responsáveis pela migração. A expropriação dos trabalhadores rurais favoreceria o aumento dos fluxos em virtude do aumento do desemprego. O segundo enfoque considerava que haveria a disponibilidade limitada das terras utilizadas para culturas de subsistência em virtude da monopolização pelos grandes proprietários. Daí surge uma pressão da população em relação às terras, estas que podem estar com capacidade produtiva limitada por insuficiência física de áreas produtivas ou monopolizadas por grandes proprietários.

Conforme aponta Singer (1977), a procura por força de trabalho seria o principal fator de atração, o que o autor denomina por “oportunidades econômicas”. O trabalhador emigrante possuiria uma maior probabilidade de mobilidade social no local de destino, isso promovido pelos fatores de mudança. Já em outro enfoque, os movimentos gerados por fatores de estagnação acarretariam diminuição da capacidade de inserção dos migrantes no local de destino, provocando uma reemigração em determinados casos.

Seguindo as considerações de Nogueira (1991), com base nas teorias da dependência e/ou da centro-periferia, é possível a reconstrução do panorama histórico em que os movimentos migratórios foram iniciados. Busca-se, portanto, a compreensão do processo mediante suas características estruturais. Nesta concepção, a força de trabalho fica subordinada às necessidades de reprodução e acumulação de capital. Assim, a força de trabalho fica fragilizada e vulnerável a um dos três patamares de mobilidade do trabalho que, segundo Nogueira (1991, p. 42), são: “O temporal (ampliação da jornada de trabalho); o vertical (hierarquização da força de trabalho) e o espacial (migração do setor rural para o setor urbano)”. Esses elementos, na afirmativa de Nogueira (1991), constituem os três elementos que possibilitam a extração da mais-valia.

Discorrendo acerca da migração, Gaudemar (1977) considera o fenômeno como mobilidade promovida pelos movimentos do capital, abordando a visão de mobilidade forçada da força de trabalho. A migração foi percebida nessa ótica como sujeição do trabalho ao capitalismo, fato relacionado à força de trabalho visto como mercadoria por Karl Marx. Na visão de Peliano (1990), as relações de trabalho são fundamentais na compreensão das migrações, uma vez que fazem parte do contexto das condições de produção capitalista. Em suas proposições, Gaudemar (1977) discorre que a partir do século XVIII as diversas formas de mobilidade espacial originam-se como fenômenos característicos de perfil estrutural. Esse teórico percebe o trabalho como resultado da força de trabalho em atividade e a acumulação do capital como se fosse resultante das relações sociais que se desenvolvem tanto em termos qualitativos quanto quantitativos. Diferente das perspectivas anteriores, essa vertente teórica foca sua análise na relação capital-trabalho (PÓVOA-NETO, 1997; SALIM, 1992). Neste sentido, segundo Salim (1992), a migração deixa de ser um mero reflexo do espaço transformado para ser um elemento de transformação, o que traz à tona a necessidade em focarmos a dimensão espacial como resultados das interações e relações sociais de produção.

Para Póvoa-Neto (1997), o capitalismo – que em suas formas de acumulação cria excedentes de trabalhadores desprovidos de seus meios de existência – promove a necessidade por deslocamentos nos mais diversos pontos do território. Com base nisso, a migração não seria o mero mecanismo de distribuição espacial de populações, mas, configura-se, em suas diversas modalidades, como um instrumento de organização socioespacial específica. As modificações promovidas pela reestruturação capitalista nas formas de produção impactaram as relações de trabalho preconizando-as mais ainda, fato que corrobora com as considerações de Antunes (2009) ao retratar as relações de trabalho em âmbito capitalista, afirma que:

[...] vêm gerando um gigantesco contingente de desempregados que assim o são pela própria lógica destrutiva do capital – a qual, ao mesmo tempo que expulsa centenas de milhões de homens e mulheres do mundo produtivo gerador do valor em seus trabalhos estáveis e formalizados, recria, nos mais distantes e longínquos espaços, novas modalidades informalizadas e precarizadas de geração do mais-valor (ANTUNES, 2009, p. 11).

Dessa forma, há emergência por movimentos espaciais da população em virtude das modificações promovidas pela lógica flexível da produção econômica em âmbito global, fato corroborando com as acepções de Gaudemar (1977) ao associar as relações de trabalho com as necessidades de deslocamento do capital. Na ótica desse autor, toda estratégia capitalista de mobilidade representa, de maneira igual, uma condição de mobilidade forçada, pois as formas de mobilidade do trabalho surgem como fenômenos de submissão e não de liberdade, não importando que as

estruturas desse sistema sejam marcadas por rigidez ou expansão de sua morfologia econômica.

De acordo com Perpetua (2013), durante a história, seja em qual modo de produção que fosse, sempre houve a necessidade pelo deslocamento de informações, objetos e pessoas, seja com maior ou menor intensidade. A mobilidade configurou-se como condição indispensável à existência humana e, conseqüentemente, da própria reprodução social. Contudo, para a autora, em nenhum outro modo de produção, a mobilidade é tão imprescindível para a sociedade como no modo de produção capitalista.

Seguindo a visão de Mészáros (2011), o capitalismo caracteriza-se como um modelo de metabolismo social ou socioeconômico, isto é, representa o conjunto derivado dos fluxos de materiais e de energia que são gerados a partir das relações entre a sociedade e a natureza, mas, também, entre as diferentes sociedades relacionando-se entre si. Para o autor, esse sistema, visto como estrutura abrangente de controle social, apresenta como gênese o elemento da superposição da divisão funcional e técnica do trabalho, manifestada por uma divisão social e hierárquica, tal qual os indivíduos ocupam espaços ora como produtores diretos de riqueza (trabalhadores), ora representam “personificações do capital” a exemplo de gestores, administradores, encarregados etc.

A razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe *a mais* poderosa – estrutura “*totalizadora*” de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua ‘viabilidade produtiva’, ou perecer, caso não consiga se adaptar (MÉSZÁROS, 2011, p. 96, grifos do autor).

O enfoque neomarxista confere uma abordagem viável em função de considerar a migração como um processo social e que pode durar muito tempo, conforme Becker (2006). Torna-se importante observar os fatores estruturais que são determinantes para que os fluxos migratórios se desdobrem e tenham origem.

Porém, Nogueira (1991) destaca que em relação aos estudos produzidos seguindo essa linha de pensamento, percebe-se uma relativa “mecanicidade” para que o fenômeno migratório possa corroborar com as expectativas reservadas dentro da citada proposta. Isso confere uma capacidade limitada ao avaliar o quadro das migrações como um ato conseqüente das necessidades do capital num período de intensa industrialização dos países periféricos.

Portanto, é de se avaliar as novas tendências que esse mesmo modo de produção vem demonstrando, numa reestruturação do seu próprio modelo de acumulação e reprodução a partir dos anos 1970, como exposto por Harvey (2008), Santos (2008)

e Benko (1999), buscando uma maior flexibilidade dos processos produtivos. Esta reestruturação, como veremos adiante, modificou as relações sociais de produção e as relações entre as diferentes escalas espaciais.

Após essas considerações históricas acerca das perspectivas teóricas e no intuito de ponderarmos de forma mais plausível nosso objeto de estudo, discorreremos sobre as metodologias mais utilizadas na mensuração do fenômeno posto em questão.

Perspectivas metodológicas atuais para o fenômeno da mobilidade

Como percebemos, a definição do objeto de estudo se torna complexa em virtude da dificuldade metodológica de se caracterizar a migração. Elementos como tipologias e conceitos são difíceis de mensuração e definição pelo caráter dinâmico espacial e temporal dos fluxos migratórios. Para Patarra e Cunha (1987), o tema migração apresenta uma complexidade de caráter teórico-metodológico principalmente em relação à obtenção dos dados em campo. Na visão de Vignoli (2011) os deslocamentos espaciais da população são de difícil mensuração e análise devido ao caráter efêmero dos contextos migratórios atuais. Nas palavras desse autor:

La migración es un fenómeno cambiante, tanto en sus modalidades como en sus determinantes. Por ello, las teorías, las categorías conceptuales, los dispositivos de medición y las fuentes de datos relevantes deben adaptarse a los cambios y fenómenos emergentes para no quedar obsoletas (VIGNOLI, 2011, p. 45).

Nestes termos, há muitas lacunas em relação ao estudo sobre migração em relação a tipologias, conceitos e determinantes, principalmente no mundo contemporâneo, uma vez que, conforme Harvey (2008), o pós-fordismo proporcionou novas condições socioeconômicas, técnicas e tecnológicas que são distintas entre os territórios no mundo globalizado, seguindo a lógica do desenvolvimento desigual e combinado, conforme explicitado por Smith (1988). Não somente pelo caráter de ser um fato social de difícil conceitualização, mas, também, pelo caráter dinâmico dos fluxos espaciais da população no tempo, como enfatiza Baeninger (2011b). O tema migração vem sendo focado numa ótica multidisciplinar, conforme destaca Bilborrow (2011).

Na visão de Menezes (2012) há uma necessidade de novas perspectivas teórico-metodológicas para apreensão dos fenômenos migratórios no território nacional. As novas dinâmicas territoriais e socioeconômicas vigentes no século XXI distorcem as tradicionais formas de analisar os fluxos de população pelo espaço. De acordo com Becker (2006), esses métodos que se pautavam, até os anos 1970, em meros estudos de caráter descritivo, objetivavam identificar e mensurar as trajetórias

preponderantes da população bem como a relação entre a população nativa e os migrantes. Todavia, a partir dos anos de 1970 a perspectiva de análise do fenômeno passa a ser enfocada pela ótica histórico-estruturalista, visando as relações entre as classes sociais.

Para Menezes (2012, p. 23) existe um “[...] esforço considerável de pesquisadores no sentido de compreender as novas características dos processos migratórios e suas repercussões em termos da construção das categorias e conceitos [...]”, fato decorrente das novas configurações territoriais e econômicas do período técnico-científico-informacional, que, segundo Santos (2006), alteraram as estruturas produtivas e as relações econômicas no país.

Nas considerações de Rigotti (2011), no Brasil há ainda inúmeras lacunas na abordagem dos dados sobre migração. Mesmo que os avanços sejam inegáveis nos métodos de apuração, as informações capturadas são insuficientes em relação:

- Ao maior nível de aprofundamento nos estudos acerca da estrutura etária dos migrantes;
- À utilização de outras fontes de dados;
- À incorporação das técnicas de análise espacial;
- À ênfase nas formas de divulgação dos resultados das pesquisas para um público não especializado em demografia.

A literatura que foi analisada afirma que não há uma teoria que, sozinha, consiga explicar por inteiro o fenômeno migratório, e que, portanto, o que se observa é a existência de controvérsias sobre a relação entre a natureza, causas e impactos dos fluxos migratórios. “Há, na realidade, uma quantidade significativa de teorias capazes de explicar determinados aspectos do processo migratório, mas nenhuma delas consegue explicar toda a sua complexidade.” (LIMA; SIMÕES; HERMETO, 2016, p. 56).

Para Brito (2009), a reflexão acerca do fenômeno migratório corresponde a um exercício complexo. Conforme o autor, a discussão em relação à elaboração teórica requer algo mais do que um simples fenômeno de deslocamento espacial de pessoas. Este movimento, que não é neutro e nem isento de fatores socioculturais, portanto, confere um processo social que encerra em si toda a complexidade da sociedade na qual ela está inserida.

Pela importância que têm para a sociedade brasileira, as migrações não podem ser compreendidas independentemente dela. E, de acordo com essa mesma sociedade, estão em constante transformação, deixando marcas no passado, estruturando o presente e projetando-se para o futuro (BRITO, 2009, p. 5).

Mas é na falta de uma clara explicação do que seria migração que existe a dificuldade de ponderação acerca da delimitação espaço-temporal do fenômeno. Santos et al (2010) afirmam que ao se estudar mobilidade populacional, existem carências “[...] de uma clara definição do termo migração – enquanto mudança permanente de residência – que o diferencie de outras formas de mobilidade temporária.” (SANTOS *et al.*, 2010, p. 6).

O Glossário do Atlas do Censo Demográfico (IBGE, 2010, p. 212) define alguns tipos de deslocamentos espaciais da população. No glossário, o termo migração é a “forma de mobilidade espacial entre uma unidade geográfica e outra, envolvendo mudança permanente de residência”.

Para Becker (2006, p. 323), o termo migração pode ser definido como “mobilidade espacial da população”, pois conferindo um meio de deslocamento de pessoas, conduz em si um reflexo das mudanças nas relações de produção e do ambiente no qual estão inseridas.

Nessa ótica de complexidade para delimitação do que seria migração no período recente, Cunha (2011) discorre também acerca da noção de mobilidade espacial da população em vez de utilizar o termo migração. O autor destaca a necessidade de uma terminologia plausível para considerarmos o fenômeno dos fluxos populacionais pelo espaço. Para Cunha, mobilidade espacial consiste na “[...] ‘habilidade’ de mover-se no espaço fenômeno que pode envolver não apenas a migração, considerada como mudança de lugar de residência [...]” (CUNHA, 2011, p. 7, grifo do autor), pois esse movimento representa também os fluxos diários, sendo que os mais conhecidos são os movimentos pendulares. Desta forma, Cresswell (2006) chama atenção ao fato de que o termo mobilidade não se refere somente ao movimento de “corpos”, mas traz em si um significado amplo, pois é um fenômeno social que envolve estruturas, meios, cultura e significado.

Um tipo de deslocamento espacial da população que merece ênfase é a migração pendular. A importância da mobilidade pendular se configura por essa ser uma das categorias dos deslocamentos da população pelo espaço, cujo tempo de deslocamento e distância não representam mudança permanente de lugar. Tal fato possibilita que o indivíduo ou grupo se desloque sem perder o vínculo com seus lugares de residência. Isso, evidentemente, ocorre num contexto socialmente constituído por fatores diversos no tempo e no espaço. Trata-se de um fenômeno crescente, dentre os fluxos migratórios nacionais, conforme expresso por Jardim (2011), apresentando particularidades e novas formas, que, certamente, são originárias das mudanças na organização da economia e da sociedade.

Porém, a análise de se abordar a migração pendular no estudo dos fluxos migratórios apresenta um problema específico dessa tipologia. A ênfase do problema está na definição clara de migração pendular. Segundo Jardim (2011), este é um conceito que necessita reformulação. Sendo assim, na tentativa de entender a mobilidade pendular na história recente, há de se produzir novos estudos que

abranjam o deslocamento espacial de pessoas em suas ações cotidianas. Esses estudos devem considerar fatores como distância; duração; frequência; retenção; situação político-administrativa; redes sociais e urbana; condições e formas de deslocamento; ou seja, elementos que motivam as pessoas a se mudarem de um local para outro, como destacado por Jardim (2011).

Nas proposições de Moura, Branco e Firkowski (2005), a migração pendular, um termo já conhecido na análise dos deslocamentos da população pelo espaço, traz uma denotação recente que se caracteriza pela efemeridade espaço-temporal dos trajetos. Não há uma clara definição consensual entre o período e a distância para se categorizar o fenômeno. As inovações técnicas em relação aos meios de transporte culminaram na diminuição do tempo percorrido entre domicílio e trabalho, estudo, ou qual seja a motivação do deslocamento.

Pereira (2007) destaca que apesar da relevância do fenômeno para os processos sociais recentes, há inúmeras lacunas ainda no tratamento desse tipo de mobilidade humana, pois os métodos empregados são de caráter descritivo e simplório na classificação da migração pendular. O Censo do IBGE (2010, p. 210) considera deslocamento pendular como “movimento de pessoas que se deslocam, diariamente, para outros municípios e retornam aos seus domicílios a fim de trabalhar e/ou estudar”. No Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2000) esses dois critérios foram avaliados em conjunto, não possibilitando a diferenciação da mobilidade se para trabalho ou estudo. O Censo de 2010 (IBGE, 2010) trouxe a possibilidade de observarmos esses dois critérios de forma dissociada, favorecendo uma avaliação qualitativa das possíveis determinantes para esses fluxos, embora sejam apenas dois os parâmetros mensurados.

A complexidade de se trabalhar com a perspectiva dos deslocamentos populacionais é um fato marcante nas trajetórias atuais, uma vez que a denominada reestruturação produtiva, como exposto por Harvey (2008), implica em mais fatores de dinamicidade e fluidez espacial dos processos produtivos que impactam na socioeconomia dos territórios pelo mundo da globalização¹ – tal como exposto por Santos (2008). Então, discutir migração apenas pela ótica do ingresso ou saída de contingente populacional dos territórios, almejando apenas o caráter quantitativo e descritivo, não satisfaz mais as exigências das ciências na compreensão do fenômeno. Fato que a terminologia mobilidade espacial da população apresenta-se como mais plausível para conceituar os fluxos espaciais da população ao longo do tempo.

¹ Este fenômeno pode ser visto em diversas escalas geográficas, como em economias colaborativas de serviços com a utilização de aplicativos de transporte (SILVA; PAIVA; MOTA; FERREIRA, 2019).

Entretanto, deve-se considerar que não devemos abandonar a terminologia migração, haja visto ser um conceito essencial para o estudo demográfico. A migração é um dos tipos de mobilidade espacial da população e confere um dos componentes dos elementos demográficos, sendo assim, seu papel é fundamental na constituição da estrutura etária, tamanho e distribuição espacial da população.

Não significa, portanto, abandonar ideias já consolidadas, ou propor uma nova maneira de se pensar a dinâmica demográfica. Na verdade, podemos pensar que rotular determinado movimento como migração ou algum outro tipo de mobilidade espacial dependeria muito menos de conceitos herméticos predefinidos, do que a real definição do fenômeno como objeto de estudo (CUNHA, 2011, p. 8).

Partindo pela busca de uma plausível e ponderável definição do objeto de estudo, Cunha (2011, p. 8) atenta que duas são as perspectivas para análise do fenômeno em pauta: “[...] por um lado, como fenômeno demográfico, e por outro lado, como processo social”. Nestes termos, migração seria todo e qualquer movimento espacial da população que, por qualquer motivo que seja, provoque alteração na quantidade e estrutura social da população, seja nos territórios de ingresso ou de saída.

O fato é que, pela complexidade do fenômeno, nenhuma teoria ou método isoladamente explica a migração. A mescla dos diferentes pressupostos é o caminho plausível para ponderação dos determinantes do fenômeno. Diante disso, é razoável corroborar com Santos *et al.* (2010) quando colocam que nenhuma teoria, por si só, é capaz de abranger todos os aspectos de um fenômeno complexo e multifacetado como o migratório, de maneira que a combinação de abordagens teóricas é opção mais viável de analisar o fenômeno da migração.

Conforme apontam Ervatti e Oliveira (2011), o Brasil é referência para os estudos demográficos. Os fluxos espaciais da população são mensurados a partir dos resultados do Censo Demográfico e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, ambos promovidos pelo IBGE. Esses métodos de apuração de dados vêm sendo aperfeiçoados ao longo do tempo, mas, mesmo assim, ainda têm capacidade limitada a uma periodização decenal, caso do Censo, ou a uma extensão territorial restrita à amostragem circundada a núcleos demográficos mais densos, como na segunda pesquisa.

Os métodos tradicionais de se quantificar o fenômeno baseiam-se a partir do saldo migratório e da taxa líquida de migração. O primeiro indicador, de acordo com IBGE (2010, p. 213), “é a diferença entre o número de entradas e saídas de pessoas por migração, interna ou internacional, para um determinado país ou região, num dado período de tempo”. Esse saldo migratório pode ser calculado também pela diferença entre o aumento populacional e o saldo natural. No segundo caso, a Taxa Líquida de Migração (TLM) é apurada dividindo-se o saldo migratório pela

população residente. Esses indicadores – de cunho quantitativo e descritivo – baseiam-se na mensuração dos migrantes nos seus locais de origem e de destino.

Porém, o significado de migração, como simples ato de mudança de residência, parece não atender mais as demandas multifacetadas que atentam para a questão dos deslocamentos populacionais internos no século XXI. Um conceito utilizado frequentemente por Baeninger (2011a; 2011b; 2012) é o de rotatividade migratória. De acordo com o IBGE (2010), este termo é categorizado mediante a mensuração do Índice de Eficácia Migratória (Quadro 1).

Esse indicador corresponde a razão entre o saldo migratório e o volume total de migrantes (imigrantes mais emigrantes), variando entre -1 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior a capacidade de absorção de população. Ao contrário, quando o indicador for próximo de menos 1, significa maior evasão populacional, e em torno de zero há um indicativo de rotatividade migratória, o que aponta para um equilíbrio entre imigrantes e emigrantes (IBGE, 2010). O Quadro 01 apresenta os valores para se aferir o índice de eficácia migratória.

Quadro 1 – Classificação do Índice de Eficácia Migratória (IEM)

Classes do IEM	Classificação da potencialidade de absorção migratória
-0,51 a -1,00	Área de forte evasão migratória
-0,30 a 0,50	Área de média evasão migratória
-0,10 a -0,29	Área de baixa evasão migratória
0,09 a -0,09	Área de rotatividade migratória
0,10 a 0,29	Área de baixa absorção migratória
0,30 a 0,50	Área de média absorção migratória
0,51 a 1,00	Área de forte absorção migratória

Fonte: Extraído de Ervatti e Oliveira (2011).

Observamos que na ótica das estruturas e conjunturas políticas e econômicas do século XXI no Brasil não podemos dissociar a avaliação desses fluxos espaciais da população sem percebermos as alterações na dinâmica urbana-regional, bem como dos fatores produtivos que o pós-fordismo promoveu no território nacional. Nessa

lógica, deve-se considerar as mudanças que a divisão territorial do trabalho promoveu nas próprias relações de trabalho e de distribuição de renda.

Portanto, cabe salientar que é significativamente mais importante a análise dos determinantes e das consequências dos deslocamentos, bem como das características econômicas e culturais dos migrantes, do que uma simples abordagem descritiva da migração. Assim, os conceitos, tipologias e definições herméticas são relativizados em detrimento do contexto histórico-estrutural que se considera interpolar à vivência dos migrantes, bem como os processos socioespaciais envolvidos nos fluxos migratórios.

Considerações finais

A mobilidade espacial da população torna-se um elemento fundamental para compreendermos as dinâmicas territoriais e socioeconômicas que contextualizam o mundo globalizado. As conjunturas e estruturas políticas, econômicas, dentre outras, são fatores atrelados às possibilidades e necessidades sociais que promovem os deslocamentos das diversas populações pelo mundo.

Diante disso, há a necessidade de novas formas de abordar o fenômeno da mobilidade espacial da população, que, por meio das mudanças no quadro dos sistemas econômicos globais ao longo do tempo, imprimiram formas de vivências distintas na atualidade. Formas essas que se caracterizam pela efemeridade dos processos produtivos e das relações sociais, impactando as escalas temporais e espaciais dos deslocamentos da população.

Portanto, existem, para fins de melhor compreensão do fenômeno e das duas mencionadas consequências, carências de caráter teórico-metodológicas nas formas de abordar o objeto em pauta uma vez que as implicações da mobilidade são diversas para o meio social e econômico.

A discussão sobre as tradicionais abordagens da migração possui as dificuldades em se tratar um fenômeno multifacetado como é o da mobilidade espacial da população no mundo contemporâneo marcado pela flexibilidade do capitalismo.

Referências

ANTUNES, R. L. C. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

BAENINGER, R. A nova configuração urbana no Brasil: desaceleração metropolitana e redistribuição da população. *In*: Encontro Nacional de Estudos

Populacionais da ABEP, 11., 2008. **Anais [...]**. Disponível em: <http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/863/829>. Acesso em: 31 mai. 2018.

BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. *In*: CUNHA, J. M. P. (org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas: Nepo, Unicamp; 2011a. p.71-93.

BAENINGER, R. Migração, migrações. **Revista Ideias**, v. 2, n. 1 (2), 2011b, p. 31-41. DOI: <https://doi.org/10.20396/ideias.v2i1.8649329>

BAENINGER, R. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. **Revista internacional de mobilidade humana**, Brasília, a. 20, n. 39, jul./dez. 2012. p. 77-100. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1980-85852012000200005>.

BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, conceitos. *In*: CASTRO, I. E.; CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. (org.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 318-363.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BILSBORROW, R. E. Temas metodológicos claves en el estudio de la migración en países en desarrollo: teoría, recolección de datos y políticas. *In*: CUNHA, J. M. P. (org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo, Unicamp; 2011. p. 17-31.

BRITO, F. **As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes**. Belo Horizonte: UFMG. CEDEPLAR, 2009. 20p. (Texto para Discussão, 366).

CRESSWELL, T. **On the move: mobility in the modern western world**. New York: Routledge, 2006.

CUNHA, J. M. P. Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. *In*: CUNHA, J. M. P. (org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo, Unicamp; 2011. p. 7-15.

ERVATTI, L. R.; OLIVEIRA, A. T. R. de. Perspectivas para a mensuração do fenômeno migratório no Brasil. *In*: OLIVEIRA, L. A. P. de; OLIVEIRA, A. T. R. de (org.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2011. p. 84-100.

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GERMANI, G. **Sociologia da modernização**: estudos teóricos, metodológicos e aplicados a América Latina. São Paulo: Mestre Jou, 1974.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HARRIS, J. R.; TODARO, M. P. Migration, unemployment and development: two-sector analysis. **The American Economic Review** (Trad. H. A. de Moura), 15, 1970, p. 126-142.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos demográficos**: 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/2413607>. Acesso em: 9 abr. 2017.

JARDIM, A. P. Reflexões sobre a mobilidade pendular. *In*: OLIVEIRA, L. A. P. de; OLIVEIRA, A. T. R. de. (org.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Estudos e Análises Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 1, 2011. p. 58-70.

LEE, E. S. A Theory of migration. **Demography**, v. 3, n. 1, p. 47-57, 1966.

LIMA, A. A. C.; SIMÕES, R.; HERMETO, A. C. Desenvolvimento regional, hierarquia urbana e condição de migração individual no Brasil entre 1980 e 2010. **Eure**, v. 42, n. 127, 2016, p. 55-85. DOI: <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612016000300003>.

MENEZES, M. A. Migrações e mobilidades: Repensando teorias, tipologias e conceitos. *In*: PAULO, E; TEIXEIRA, A. M. C. B.; ROSANA, B. (org.). **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. Marília: Cultura Acadêmica, 2012. p. 21-40.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOURA, R.; BRANCO, M. L. G. C.; FIRKOWSKI, O. L. C. F. Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, São Paulo, 2005, p. 212-133. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392005000400008>.

NASCIMENTO, T. C. L. do. **O caminho para as secas: as imigrações para o semiárido setentrional**. UFRN, 2015. Dissertação (Mestrado em Demografia). Departamento de Ciências Atuariais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, 2015.

NOGUEIRA, O. J. O. Migrações internas; tentativas de se buscar uma teoria. **Análises e Conjunturas**, v. 6, n. 1. 1991. p. 38-47. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/48064821.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2019.

OLIVEIRA, A. T. R. Algumas abordagens teóricas a respeito do fenômeno migratório. *In*: OLIVEIRA, L. A. P. de; OLIVEIRA, A. T. R. de. (org.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Estudos e Análises Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 1, 2011.

OLIVEIRA, A. T. R. Fonte de dados para a migração: navegando entre o ideal e o imprescindível. *In*: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 16., 2008. **Anais [...]**. Caxambu/MG, Brasil, 2008. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1874/1832>. Acesso em: 8 jun. 2018.

PATARRA, N. L; CUNHA, J. M. P. Migração: um tema complexo. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 1, n. 2, p. 32-35, 1987.

PELIANO, J. C. **Acumulação de trabalho e mobilidade do capital**. Brasília; UnB, 1990.

PEREIRA, R. H. M. **Mobilidade pendular**: uma proposta teórico-metodológica sobre o seu estudo. Jornadas Argentinas de Estudios de Población, 9. Asociación de Estudios de Población de la Argentina, Huerta Grande, Córdoba, 2007. Disponível em: <https://www.aacademica.org/000-028/48.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2018.

PERPETUA, G. M. Mobilidade espacial do capital e da força de trabalho: elementos para uma teorização geográfica a partir da matriz marxista. **Revista Pegada**, v. 14 n. 1, jul., 2013. p. 58-80. DOI: <https://doi.org/10.33026/peg.v14i1.2138>.

PÓVOA-NETO, H. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual. **Experimental**, n. 2, p. 11-24, mar., 1997.

RAVENSTEIN, E. G. The laws of migration. **Journal of the Statistical Society** (Trad. Hélio A. de Moura), V. 47 (PT. 1), p. 167-227, 1885.

RIGOTTI, J. I. R. Dados censitários e técnicas de análise das migrações no Brasil: avanços e lacunas. In: CUNHA, J. M. P. (org.). **Mobilidade espacial da população**: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo, Unicamp; 2011.

SALIM, C. A. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 8, 1992. **Anais [...]**. v. 3, p. 119-144, 1992. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/issue/view/28/showToc>. Acesso em: 19 jul. 2018.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. Razão e emoção. 4 ed. São Paulo, SP: EDUSP, 2006.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, M. A. et.al. **Migração**: uma revisão sobre algumas das principais teorias. Belo Horizonte: UFMG; CEDEPLAR, 2010.

SILVA, B. N. da; PAIVA, M. J. G. de; MOTA, J. L. do N.; FERREIRA, E. L. Economia colaborativa de serviços: considerações sobre aplicativos de transportes em Juazeiro do Norte/CE. **Geotemas**, Pau dos Ferros, RN, Brasil, v. 9, n. 3, p. 122-140, set./dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.33237/geotemas.v9i3.4087>.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 4 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

SJAASTAD, L. A. The costs and returns of human migration. **Journal of Political Economy** (Trad. Hélio A. de Moura), v. 70, n. 5, p. 80-93, 1962. Supplement.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

VIGNOLI, J. R. ¿Qué definiciones, que teorías, qué fuentes y qué metodologías precisamos para el estudio de la migración interna en la actualidad? *In*: CUNHA, J. M. P. (org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo, Unicamp; 2011.

Data de submissão: 29/04/2020

Data de aprovação: 17/08/2021

Revisão: Daniela Matthes (português), Anderson de Miranda Gomes (inglês) e Yanet María Reimondo Barrios (espanhol).

Aurécio Cavalcante de Azevedo

Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Rio Grande do Norte

Av. Sen. Salgado Filho – Lagoa Nova

59064-901 Natal/RN, Brasil

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-7530-3941>

E-mail: aureciogeo@gmail.com

Josué Alencar Bezerra

Departamento de Geografia; Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido / Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

BR 405, Km 3 – Arizona

59900-000 Pau dos Ferros/RN, Brasil

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-7422-3018>

E-mail: josuebezerra@uern.br